

### **SUBSTITUTIVO 02 AO PROJETO DE LEI Nº 124/02**

Cria a Secretaria Municipal de Segurança Urbana - SMSU, e dá outras providências

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada a Secretaria Municipal de Segurança Urbana - SMSU.

Parágrafo Único - Entende-se por segurança urbana a atuação dos órgãos públicos municipais de forma articulada, priorizando nas políticas públicas urbanas, a prevenção à violência.

Art. 2º - À Secretaria Municipal de Segurança Urbana incumbe:

I - estabelecer as políticas, diretrizes e programas de segurança urbana no Município de São Paulo;

II - executar, através de seus órgãos, as políticas públicas de interesse da pasta, coordenando e gerenciando a integração com as políticas sociais do Município que, direta ou indiretamente, interfiram nos assuntos de segurança urbana da cidade;

III - estabelecer relação com os órgãos de segurança estaduais e federais, visando ação integrada no Município de São Paulo, inclusive com planejamento e integração das comunicações;

IV - coordenar as atividades da Assistência Militar do Gabinete da Prefeita;

V - estabelecer, em conjunto com a Secretaria Municipal de Transportes, mediante convênio firmado com os órgãos de segurança estadual, as diretrizes, o gerenciamento e as prioridades de policiamento, controle e fiscalização do trânsito;

VI - propor prioridades nas ações de policiamento investigativo, preventivo e ostensivo realizadas pelos órgãos de segurança pública que atuam no Município de São Paulo, por meio de intercâmbio permanente de informações e gerenciamento;

VII - estabelecer ações, convênios e parcerias, quando necessário, com as entidades nacionais ou estrangeiras que exerçam atividades destinadas a estudo e pesquisa de interesse da segurança urbana;

VIII - contribuir para a prevenção e a diminuição da violência e da criminalidade, promovendo a mediação de conflitos e o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos;

IX - Valer-se de dados estatísticos das Polícias Estaduais para o estabelecimento de prioridades das ações de segurança urbana municipal;

X - Implantar postos fixos da Guarda Civil Metropolitana em pontos estratégicos de acordo com o interesse da segurança urbana;

XI - Planejar, fixar diretrizes, coordenar e executar a fiscalização e o policiamento de trânsito de competência do Município, nos termos da legislação em vigor;

XII - Promover parcerias com instituições voltadas às áreas de serviço social e psicologia visando trabalho com a Guarda Civil Metropolitana em seus postos fixos, buscando soluções de pequenos conflitos sociais que, por sua natureza, possam dar origem à violência e criminalidade;

XIII - Receber através de serviço disque denúncia, denúncias de vandalismo praticado contra os equipamentos públicos municipais.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Segurança Urbana tem a seguinte estrutura básica:

I - Gabinete do Secretário, com:

- a) Chefia de Gabinete;
- b) Assessoria Jurídica;
- c) Assessoria Técnica;
- d) Assessoria Técnica de Projetos Especiais;
- e) Assessoria de Imprensa e Comunicação;

II - Coordenadoria Geral de Administração e Finanças, com:

- a) Divisão Técnica de Recursos Humanos;
- b) Divisão Técnica de Saúde;
- c) Divisão Técnica de Administração Geral;
- d) Divisão Técnica de Orçamento e Finanças;
- e) Divisão Técnica de Acompanhamento da Execução Orçamentária;
- f) Divisão Técnica de Suprimentos;

III - Guarda Civil Metropolitana;

IV - Centro de Formação em Segurança Urbana;

V - Corregedoria Geral da Guarda Civil Metropolitana, com:

a) Divisão Técnica de Prevenção, Correições e Informações Funcionais Disciplinares;

b) Divisão Técnica de Sindicâncias Administrativas;

c) Divisão Técnica de Processos Administrativos Disciplinares;

VI - Conselho Interdisciplinar Consultivo;

VII - Coordenadoria Geral do Programa das Comissões Cíveis Comunitárias.

Art. 4º - Fica transferida para a Secretaria Municipal de Segurança Urbana a Guarda Civil Metropolitana, criada pela Lei nº 10.115, de 15 de setembro de 1986, com seus recursos humanos, patrimoniais, orçamentárias e veículos administrativos e operacionais de policiamento, inclusive os recursos que, pertinentes ao referido órgão, estão alocados nas dotações do Gabinete da Secretaria do Governo Municipal - SGM.

parágrafo único - A Guarda Civil Metropolitana, subordinada à Secretaria Municipal de Segurança Urbana, é o principal órgão de execução da política municipal de segurança urbana.

Art. 5º - Compete ao Secretário Municipal de Segurança Urbana:

I - coordenar a política de segurança urbana do Município de São Paulo;

II - estabelecer ações, celebrar parcerias e convênios, nos termos do inciso VII do artigo 2º desta lei;

III - Indicar o Oficial da Polícia Militar para chefiar a Assistência Militar do Gabinete da Prefeita;

IV - delegar competências, quando considerar necessário;

V - indicar o Comandante da Guarda Civil Metropolitana;

VI - indicar o Corregedor Geral da Guarda Civil Metropolitana;

VII - indicar o Coordenador Geral do Centro de Formação em Segurança Urbana.

Art. 6º - No que se refere exclusivamente a infrações envolvendo servidores do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana, fica atribuída ao Secretário Municipal de Segurança Urbana competência para:

I - determinar a instauração:

a) das sindicâncias em geral;

b) dos procedimentos especiais de exoneração em estágio probatório;

c) dos inquéritos administrativos;

II - aplicar suspensão preventiva;

III - decidir, por despacho, os processos de inquérito administrativo, nos casos de:

a) absolvição;

b) repreensão ou suspensão resultantes de desclassificação da infração ou de abrandamento da penalidade;

c) suspensão ou demissão, nas hipóteses de:

1. abandono do cargo, caracterizado pela falta ao trabalho por mais de 30 (trinta) dias consecutivos;

2. faltas ao serviço, sem justa causa, por mais de 60 (sessenta) dias interpolados durante o ano;

3. ineficiência no serviço, nos termos da legislação específica;

IV - decidir as sindicâncias;

V - decidir os procedimentos especiais de exoneração em estágio probatório;

VI - deliberar sobre a remoção temporária de servidor integrante do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana.

§ 1º - A competência estabelecida neste artigo abrange as atribuições para decidir os pedidos de reconsideração, apreciar e encaminhar os recursos e os pedidos de revisão de inquérito à Prefeita.

§ 2º - O Secretário Municipal de Segurança Urbana poderá delegar ao Corregedor Geral as competências previstas no inciso I, alíneas "a" e "b" e no inciso IV, ambos do "caput" deste artigo.

Art. 7º - À Corregedoria Geral da Guarda Civil Metropolitana compete:

I - apurar as infrações disciplinares atribuídas aos servidores integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana;

II - realizar visitas de inspeção e correições extraordinárias em qualquer unidade da Guarda Civil Metropolitana;

III - apreciar as representações que lhe forem dirigidas relativamente à atuação irregular de servidores integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana;

IV - promover investigação sobre o comportamento ético, social e funcional dos candidatos a cargos na Guarda Civil Metropolitana, bem como dos ocupantes desses cargos em estágio probatório e dos indicados para o exercício de chefias, observadas as normais legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 8º - Ao Corregedor Geral da Guarda Civil Metropolitana compete, basicamente:

I - assistir o Secretário Municipal de Segurança Urbana nos assuntos disciplinares;

II - manifestar-se sobre assuntos de natureza disciplinar que devam ser submetidos à apreciação do Secretário Municipal de Segurança Urbana, bem como indicar a composição das Comissões Processantes;

III - dirigir, planejar, coordenar e supervisionar as atividades, assim como distribuir os serviços da Corregedoria Geral da Guarda;

IV - apreciar e encaminhar as representações que lhe forem dirigidas relativamente à atuação irregular de servidores integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana, bem como propor ao Secretário Municipal de Segurança Urbana a instauração de sindicâncias administrativas e de procedimentos disciplinares, para a apuração de infrações administrativas atribuídas aos referidos servidores;

V - avocar, excepcional e fundamentadamente, processos administrativos disciplinares e sindicâncias administrativas instauradas para a apuração de infrações administrativas atribuídas a servidores integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana;

VI - responder as consultas formuladas pelos órgãos da Administração Pública sobre assuntos de sua competência;

VII - determinar a realização de correições extraordinárias nas unidades da Guarda Civil Metropolitana, remetendo, sempre, relatório reservado ao Comandante da Guarda;

VIII - remeter ao Comandante da Guarda relatório circunstanciado sobre a atuação pessoal e funcional dos servidores integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana em estágio probatório, propondo, se for o caso, a instauração de procedimento especial, observada a legislação pertinente;

IX - submeter ao Comandante da Guarda Civil Metropolitana relatório circunstanciado e conclusivo sobre a atuação pessoal e funcional de servidor integrante do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana indicado para o exercício de Chefias e Encarregaturas, observada a legislação aplicável;

X - praticar todo e qualquer ato ou exercer quaisquer das atribuições e competências das unidades ou dos servidores subordinados;

XI - exercer as competências previstas para os dirigentes, inerentes aos sistemas de administração, no âmbito da Unidade de Despesa - Corregedoria Geral da Guarda Civil Metropolitana;

XII - proceder, pessoalmente, às correições nas Divisões que lhe são subordinadas.

XIII - aplicar penalidades, na forma prevista em lei;

XIV - julgar os recursos de classificação ou reclassificação de comportamento dos servidores integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana.

Art. 9º - Ao Corregedor Adjunto da Corregedoria Geral da Guarda Civil Metropolitana compete:

I - exercer as atividades que lhe forem atribuídas pelo Corregedor Geral da Guarda Civil Metropolitana;

II - distribuir os serviços de Assistência da Corregedoria Geral da Guarda Civil Metropolitana às demais chefias que a integrarem;

III - coordenar as atividades dos servidores da Corregedoria Geral da Guarda Civil Metropolitana no exercício de chefias e encarregaturas;

IV - substituir o Corregedor Geral da Guarda Civil Metropolitana, em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 10 - A Divisão Técnica de Prevenção, Correições e Informações Funcionais Disciplinares tem as seguintes atribuições:

I - colher informações de interesse da Administração sobre servidores integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana;

II - colher informações sobre servidores integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana em estágio probatório, opinando em cada caso concreto, inclusive quanto à manutenção ou não do respectivo vínculo funcional;

III - prestar informações às autoridades competentes sobre a existência de condições permissivas ou impeditivas ao exercício de chefia e encarregatura de servidores integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana;

IV - registrar as decisões prolatadas em autos de sindicâncias e de processos disciplinares, bem como de inquéritos policiais e de ações penais pertinentes;

V - coligir, manter atualizado e controlar um banco de dados sobre a vida funcional dos servidores integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana, procedendo à classificação e à reclassificação de seu comportamento, observados os prazos previstos em lei específica.

Art. 11 - A Divisão Técnica de Sindicâncias Administrativas tem por atribuições:

I - processar, por meio de suas Comissões Processantes Permanentes, as sindicâncias relativas a infrações administrativas atribuídas a servidores integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana;

II - coordenar e supervisionar os serviços de suas Comissões Processantes Permanentes.

§ 1º - Ficam criadas, na Divisão Técnica de Sindicâncias Administrativas, 3 (três) Comissões Processantes Permanentes, bem como 1 (um) Cartório para atendimento de serviços de natureza procedimental, realização de diligências e intimações.

§ 2º - A presidência das Comissões Processantes Permanentes da Divisão Técnica de Sindicâncias Administrativas será exercida por Inspetor da Guarda Civil Metropolitana bacharel em direito.

Art. 12 - A Divisão Técnica de Processos Administrativos Disciplinares tem por atribuições:

I - processar, por meio de suas Comissões Processantes Permanentes, os processos administrativos disciplinares, mencionados nas alíneas "b" e "c" do inciso I do artigo 6º desta lei, referentes a infrações administrativas disciplinares atribuídas a servidores integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana;

II - coordenar e supervisionar os serviços de suas Comissões Processantes Permanentes.

§ 1º - Ficam criadas, na Divisão Técnica de Processos Administrativos Disciplinares, 4 (quatro) Comissões Processantes Permanentes, bem como 1 (um) Cartório para atendimento de serviços de natureza procedimental, realização de diligências e intimações.

§ 2º - A presidência das Comissões Processantes Permanentes da Divisão Técnica de Processos Administrativos Disciplinares será exercida por Inspetor da Guarda Civil Metropolitana bacharel em direito.

Art. 13 - O Conselho Interdisciplinar Consultivo atuará como órgão de aconselhamento da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, cabendo-lhe propor diretrizes e programas da política de segurança urbana no Município de São Paulo.

§ 1º - O Conselho Interdisciplinar Consultivo presidido pelo Secretário Municipal de Segurança Urbana será composto por representantes de Secretarias Municipais, pelo comandante da Guarda Civil Metropolitana e convidados dos órgãos de Segurança estaduais e federais e da sociedade civil.

§ 2º - As funções exercidas pelos membros do Conselho Interdisciplinar Consultivo não serão remuneradas, sendo, porém, consideradas serviços público relevante.

Art. 14 - À Coordenadoria Geral de Administração e Finanças incumbe:

I - planejar, elaborar e executar programas de treinamento e desenvolvimento de pessoal;

II - promover a atualização permanente das informações do quadro funcional da Secretaria, em consonância com a legislação pertinente;

III - controlar a tramitação de processos e expedientes;

IV - elaborar a proposta orçamentária da Secretaria;

V - assegurar o apoio administrativo, incluindo suprimentos, transportes e demais serviços necessários ao desempenho de todos os órgãos da Secretaria;

VI - executar e controlar os procedimentos financeiros e contábeis.

Art. 15 - O Centro de Formação em Segurança Urbana constitui-se na ampliação do Departamento de Ensino e Pesquisa da Guarda Civil Metropolitana e tem a finalidade de formar, capacitar e promover o aprimoramento dos integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana, bem como dos servidores municipais que atuam em instituições e programas relacionados à segurança urbana, tendo como princípio que a função da Guarda Civil Metropolitana é preventiva, comunitária e de promoção dos direitos humanos fundamentais.

parágrafo único - O Centro de Formação em Segurança Urbana contará em seu quadro diretivo com pelo menos um Inspetor da Guarda Civil Metropolitana, portador de diploma de nível superior..

Art. 16 - A Coordenadoria Geral do Programa das Comissões Cíveis Comunitárias instituirá Comissões Cíveis Comunitárias de Segurança Urbana em cada região administrativa do Município de São Paulo.

parágrafo único - As Comissões Cíveis Comunitárias de Segurança Urbana constituir-se-ão em:

I - referências locais permanentes da política interdisciplinar da segurança urbana;  
II - instâncias descentralizadas de planejamento e gestão da política de segurança urbana, para discussão de soluções e projetos locais voltadas à melhoria das condições de segurança urbana nas comunidades;

III - fórum permanente de articulação e participação comunitária, para o estabelecimento das prioridades de segurança nas escolas, parques, centros esportivos e demais equipamentos públicos municipais.

Art. 17 - À Assessoria Jurídica compete assessorar o Secretário, a Corregedoria Geral e os demais órgãos que integram a Secretaria, nos assuntos jurídicos, emitindo pareceres, opinando sobre projetos de lei e decretos e cumprindo outras tarefas afins.

Art. 18 - À Assessoria Técnica cabe assessorar o Secretário e os demais órgãos que compõem a Secretaria, nos assuntos de natureza administrativa, bem como desenvolver estudos e atividades relacionados à área da segurança urbana.

Art. 19 - À Assessoria Técnica de Projetos Especiais compete o planejamento estratégico, o acompanhamento e a adoção de programas de saúde dos integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana e o desenvolvimento de estudos e atividades visando à aplicação de tecnologia de informação e à modernização das unidades da Corporação.

Art. 20 - À Assessoria de Imprensa e Comunicação cabe prestar apoio especializado ao Secretário, à Corregedoria e aos demais órgãos da Pasta, bem como garantir a administração das comunicações institucionais da Secretaria.

Art. 21 - As sindicâncias, inquéritos administrativos e procedimentos especiais de exoneração em estágio probatório, em trâmite no Departamento de Procedimentos Disciplinares - PROCED ou em outros órgãos municipais, que estejam em fase de instrução e tenham por objeto a investigação da conduta de servidores integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana, serão enviados, na forma prevista em decreto, à Corregedoria Geral da Guarda Civil Metropolitana, para prosseguimento perante as Divisões Técnicas de Sindicâncias Administrativas e de Processos Administrativos Disciplinares, respectivamente.

Parágrafo único - Os pedidos de reconsideração, recursos e revisões de inquérito administrativo, em trâmite no Departamento de Procedimentos Disciplinares - Proced ou em outros órgãos municipais, relacionados a infrações disciplinares atribuídas a servidores do quadro mencionado no "caput" deste artigo e que se encontrem em fase de instrução, serão enviados à Corregedoria Geral da Guarda Civil Metropolitana, para prosseguimento, na forma prevista em decreto.

Art. 22 - Os cargos de provimento em comissão da Secretaria Municipal de Segurança Urbana são os constantes do Anexo Único, Tabelas "A" e "B", integrante desta lei, observadas as seguintes normas:

I - criados, os que constam na coluna "Situação Nova", sem correspondência na coluna "Situação Atual";

II - mantidos, com as alterações ocorridas, os que constam nas duas situações.

Art. 23 - Ficam instituídas as Referências "CG" e "CA" com os valores correspondentes àqueles atribuídos às Referências DAS-14 e DAS-13, respectivamente, passando as mesmas a integrar o Anexo II, Tabela "A" - Cargos de provimento em comissão, a que se refere o artigo 6º da Lei nº 11.511, de 19 de abril de 1994, e legislação subsequente.

parágrafo único - Aplicam-se aos cargos de Corregedor Geral e Corregedor Adjunto, constantes do Anexo Único, Tabela "A", integrante desta lei, as Referências "CG" e "CA", respectivamente.

Art. 24 - Para atender às despesas decorrentes desta lei no presente exercício, fica o Executivo autorizado, nos termos do artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais especiais, até o valor de R\$ 3.553.391,00 (três milhões, quinhentos e cinquenta e três mil e trezentos e noventa e um reais)

§ 1º - O decreto que abrir os créditos adicionais de que trata o "caput" deste artigo indicará, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os recursos disponíveis para acorrer às despesas.

§ 2º - Nos exercícios subsequentes, as despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 25 - O Executivo regulamentará esta lei no que concerne à composição e funcionamento do Conselho Interdisciplinar Consultivo e da Coordenadoria Geral do

Programa das Comissões Cíveis Comunitárias no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Disposições transitórias

Artigo 26 - O executivo apresentará em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação desta lei, projeto de lei propondo estabelecimento do Plano de Cargos e Carreira para o Quadro de Profissionais da Guarda Civil Metropolitana.

Art 27 - O Executivo editará, no prazo em até 180 (cento e oitenta dias) contados da data de publicação desta lei, decreto reestruturando a Guarda Civil Metropolitana.

Art. 28---O cargo de Comandante da Guarda Civil Metropolitana será de livre provimento em comissão pela Prefeita dentre portadores de diploma de nível superior, enquanto não estiverem efetivamente providos os cargos de Inspetor Chefe Superintendente, conforme dispuser o plano de cargos e carreira a que se refere o artigo vinte e seis.

Art. 29 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Comissões em,

Alcides Amazonas

Antonio Carlos Rodrigues

Augusto Campos

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A segurança pública é hoje um dos temas mais importante para a população porque interfere diretamente nas suas condições de vida.

O projeto do Executivo tem o mérito de procurar respostas para o problema, assumindo o papel de agente ativo da implantação de políticas que inibam o surgimento de violência. A complexidade do tema, todavia, fez com que a Câmara Municipal deliberasse pela formação de uma Comissão Especial para estudar e debater o projeto.

Esta Comissão, composta pelos vereadores Alcides Amazonas, Antônio Carlos Rodrigues e Augusto Campos, promoveu vários debates e reuniões, uma audiência pública e dois seminários a fim de garantir ampla participação dos setores diretamente afetados à área e da população organizada em geral.

Tais eventos, que contaram com intensa participação de demais vereadores, de membros da Guarda Metropolitana, do Sindicato dos Guardas Municipais e do Ouvidor Geral do Município, Dr. Benedito Mariano, embora tenham produzido uma análise positiva da proposta do Executivo, verificaram a necessidade de aperfeiçoá-la a fim de que cumpra com maior desenvoltura seu objetivo primário que é a garantia de segurança pública de qualidade, com conseqüente melhoria de vida para a população. Assim sendo, o presente Substitutivo apresenta cerca de quarenta alterações em relação à proposta original. Pelas razões expostas, apresentamos a proposta aos nossos nobres, a qual esperamos ver aprovada.

Anexo Único a que se refere o artigo 13 da Lei nº

Cargos de provimento em comissão da Secretaria Municipal de Segurança Urbana

Tabela A

SITUAÇÃO ATUAL SITUAÇÃO NOVA

DENOMINAÇÃO DO REF. QTDE PARTE FORMA DE DENOMINAÇÃO DO REF. QTDE PARTE FORMA DE

CARGO/LOTAÇÃO TAB. PROVIMENTO CARGO/LOTAÇÃO TAB. PROVIMENTO

Secretário Municipal SM 1 PP-I Livre provimento em

- Secretaria comissão pelo

Municipal de Prefeito

Segurança Urbana

Chefe de Gabinete DAS-15 1 PP-I Livre provimento em

- Gabinete do Secretário comissão pelo

Prefeito

Comandante da Guarda DAS-15 1 PP-I Livre provimento em Comandante da DAS-15 1 PP-I

Livre provimento em

Civil de São Paulo comissão pelo Guarda Civil comissão pelo

- Guarda Civil Prefeito Metropolitana Prefeito, dentre

Metropolitana, da - Guarda Civil portadores de

Secretaria do Governo Metropolitana, da diploma de nível

Municipal Secretaria Municipal superior

de Segurança Urbana

Chefe de Assessoria DAS-14 3 PP-I Livre provimento em

Técnica comissão pelo

- Assessoria Técnica (1) Prefeito, dentre
- Assessoria Técnica de portadores de Projetos Especiais (1) diploma de nível
- Assessoria de Imprensa superior e Comunicação (1)

- Gabinete do Secretário

Chefe de Assessoria DAS-14 1 PP-I Livre provimento em Jurídica comissão pelo

- Assessoria Jurídica, do Prefeito, dentre Gabinete do Secretário portadores de diploma de Ciências Jurídicas e Sociais

Subcomandante da DAS-14 1 PP-I Livre provimento em Guarda Civil comissão pelo

Metropolitana Prefeito, dentre

- Guarda Civil portadores de Metropolitana diploma de nível superior.

Coordenador Geral DAS-14 2 PP-I Livre provimento em

- Coordenadoria Geral de comissão pelo Administração e Finanças Prefeito, dentre (1) portadores de

- Centro de Formação em diploma de nível Segurança Urbana (1) superior

Coordenador Geral DAS-14 1 PP-I Livre provimento em

- Coordenadoria Geral do comissão pelo Programa das Comissões Prefeito

Civis Comunitárias

Corregedor Geral CG 1 PP-I Livre provimento em

- Corregedoria Geral da comissão pelo Guarda Civil Prefeito, dentre

Metropolitana portadores de diploma de Ciências

Jurídicas e Sociais

Corregedor Adjunto CA 1 PP-I Livre provimento em

- Corregedoria Geral da comissão pelo Guarda Civil Prefeito, dentre

Metropolitana portadores de diploma de Ciências

Jurídicas e Sociais

Assessor Técnico DAS-12 10 PP-I Livre provimento em

- Gabinete do Secretário comissão pelo Prefeito

Assessor Técnico DAS-12 5 PP-I Livre provimento em

- Gabinete do Secretário comissão pelo Prefeito, dentre

portadores de diploma de nível

superior

Diretor de Divisão DAS-12 3 PP-I Livre provimento em

Técnica comissão pelo

- Divisão Técnica de Prefeito, dentre Prevenção, Correições e portadores de Informações Funcionais diploma de Ciências Disciplinares (1) Jurídicas e Sociais.

- Divisão Técnica de Sindicâncias

Administrativas (1)

- Divisão Técnica de Processos Administrativos

Disciplinares (1)

- Corregedoria Geral da  
Guarda Civil

Metropolitana

Diretor de Divisão DAS-12 4 PP-I Livre provimento em  
Técnica comissão pelo

- Divisão Técnica de Prefeito, dentre  
Recursos Humanos (1) portadores de

- Divisão Técnica de diploma de nível  
Saúde (1) superior

- Divisão Técnica de

Administração Geral (1)

- Divisão Técnica de

Suprimentos (1)

- Coordenadoria

Geral de Administração e

Finanças

Diretor de Divisão DAS-12 2 PP-I Livre provimento em  
Técnica comissão pelo

- Divisão Técnica de Prefeito, dentre

Orçamento e Finanças (1) servidores municipais

- Divisão Técnica de portadores de  
Acompanhamento da diploma de nível

Execução Orçamentária superior

(1)

- Coordenadoria

Geral de Administração e

Finanças

Supervisor Técnico II DAS-12 3 PP-I Livre provimento em

- Centro de Formação em comissão pelo

Segurança Urbana Prefeito, dentre  
portadores de

diploma de nível

superior

Supervisor Técnico II DAS-12 5 PP-I Livre provimento em

- Coordenadoria Geral do comissão pelo

Programa das Comissões Prefeito

Civis Comunitárias

Assistente Técnico II DAS-11 15 PP-I Livre provimento em

- Gabinete do Secretário comissão pelo

(10) Prefeito

- Corregedoria Geral da

Guarda Civil

Metropolitana (1)

- Coordenadoria Geral de

Administração e Finanças

(2)

- Centro de Formação em

Segurança Urbana (1)

- Coordenadoria Geral do

Programa das Comissões

Civis Comunitárias (1)

Coordenador DAS 10 23 PP-1 Livre provimento em

- Divisão Técnica de comissão pelo

Prevenção, Correções e Prefeito, dentre

Informações Funcionais servidores municipais

Disciplinares (2)

- Divisão Técnica de

Sindicâncias

Administrativas (2)

- Divisão Técnica de



Processos Administrativos

Disciplinares (2)

- Coordenadoria Geral  
da Guarda Civil

Metropolitana

- Divisão Técnica de

Recursos Humanos (5)

- Divisão Técnica de

Saúde (1)

- Divisão Técnica de

Administração Geral (2)

- Divisão Técnica de

Orçamento e Finanças (2)

- Divisão Técnica de

Acompanhamento da

Execução Orçamentária

(2)

- Divisão Técnica de

Suprimentos (2)

- Coordenadoria

Geral de Administração e

Finanças

- Centro de Formação em

Segurança Urbana (3)

Assistente Técnico I DAS-9 14 PP-I Livre provimento em

- Divisão Técnica de comissão pelo

Prevenção, Correições e Prefeito, dentre

Informações Funcionais servidores municipais

Disciplinares (1)

- Divisão Técnica de

Sindicâncias

Administrativas (1)

- Divisão Técnica de

Processos Administrativos

Disciplinares (1)

- Corregedoria Geral da

da Guarda Civil

Metropolitana

- Divisão Técnica de

Recursos Humanos (2)

- Divisão Técnica de

Saúde (1)

- Divisão Técnica de

Administração Geral (1)

- Divisão Técnica de

Orçamento e Finanças (2)

- Divisão Técnica de

Acompanhamento da

Execução Orçamentária

(2)

- Divisão Técnica de

Suprimentos (1)

- Coordenadoria

Geral de Administração e

Finanças

- Centro de Formação em

Segurança Urbana (1)

- Coordenadoria Geral do

Programa das Comissões

Civis Comunitárias (1)

Anexo Único a que se refere o artigo 13 da Lei n.º

Cargos de provimento em comissão da Secretaria Municipal de Segurança Urbana

Tabela B

SITUAÇÃO ATUAL SITUAÇÃO NOVA

Denominação do Ref. Quantidade Parte Forma de Denominação Ref. Quantidade Parte Forma de

Cargo / Homem Mulher Total Tabela Provimento do Cargo / Homem ou Total Tabela Provimento

Lotação Lotação Mulher

Inspetor Chefe QPG-8 2 - 2 PP-II Livre Inspetor Chefe QPG-8 2 2 PP-I Livre

Superintendente provimento Superintendente provimento

pelo Prefeito, - Guarda Civil em comissão

sendo 50% no Metropolitana pelo Prefeito,

mínimo, dentre

servidores integrantes da

ocupantes de carreira da

cargos do Guarda Civil

Quadro dos Metropolitana,

Profissionais de portadores

Guarda Civil de diploma de

Metropolitana e nível

dentre titulares superior,

de diploma de ocupantes do

curso superior, Cargo de

ou dentre Inspetor

oficiais R 1 e R 2

das Forças

Arma-das e

Auxiliares

Inspetor QPG-7 4 2 6 PP-II Livre Inspetor QPG-7 6 6 PP-I Livre

Chefe de provimento Chefe de provimento

Agrupamento pelo Prefeito, Agrupamento em comissão

sendo 50% no - Guarda pelo Prefeito,

mínimo, Civil dentre

servidores Metropolitana integrantes da

ocupantes de carreira da

cargos do Guarda Civil

Quadro dos Metropolitana,

Profissionais da portadores

Guarda Civil de diploma de

Metropolitana e nível

dentre titulares superior,

de diploma de ocupantes do

curso superior, Cargo de

ou dentre Inspetor

oficiais R 1 e R 2

das Forças

Armadas e

Auxiliares

Homem Mulher Total

Inspetor QPG-6 49 21 70 PP-II Livre Inspetor QPG-6 PP-I Livre

Chefe provimento Chefe 49 21 70 provimento em

Regional pelo Prefeito, Regional comissão pelo

sendo 50% no - Guarda Prefeito, dentre

mínimo, Civil integrantes da

servidores Metropolitana carreira da

ocupantes de Guarda Civil

cargos do Metropolitana,

Quadro dos portadores de

Profissionais da diploma de

Guarda Civil nível

Metropolitana e superior"  
dentre titulares  
de diploma de  
curso superior,  
ou dentre  
oficiais R 1 e R 2  
das Forças  
Armadas e  
Auxiliares

**PUBLICADO DOM 15/08/2002, PÁG. 64, PLENÁRIO**

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES REUNIDAS DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA;  
DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE; DE ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O SUBSTITUTIVO APRESENTADO  
EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 124/2002.**

Trata-se de substitutivo apresentado em Plenário, pelos Vereadores Alcides Amazonas, Antônio Carlos Rodrigues e Augusto Campos ao projeto de lei 124/2002, que cria a Secretaria Municipal de Segurança Urbana.

O substitutivo visa aperfeiçoar o projeto original, adequando-o melhor às necessidades do Município, encontrando amparo nos artigos 37, inciso IV; 13, inciso XVI; 69, inciso XVI da Lei Orgânica do Município e no artigo 269 do Regimento Interno.

Opina-se, portanto, pela  
LEGALIDADE.

No mérito, as comissões de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e de Administração Pública são favoráveis ao substitutivo apresentado, por focar com mais propriedade a questão da segurança pública.

O parecer, portanto, é  
FAVORÁVEL

Sob o aspecto financeiro, a Comissão de Finanças e Orçamento nada tem a opor, uma vez que as despesas decorrentes de sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

O parecer, portanto, é  
FAVORÁVEL.

Sala das Comissões Reunidas, em  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE  
COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO"